

COMO EDUCAR CRIANÇAS ANTICAPACITISTAS

AUTORAS:

Mariana Rosa
Karla Garcia Luiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rosa, Mariana

Como educar crianças anticapacitistas [livro eletrônico] / Mariana Rosa, Karla Garcia Luiz ; organização Geisa Letícia Kempfer Böck ; ilustração Paloma Santos. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Ed. das Autoras, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-70965-0

1. Educação inclusiva 2. Pessoas com deficiência - Acessibilidade 3. Pessoas com deficiência - Direitos 4. Pessoas com deficiência - Educação I. Luiz, Karla Garcia. II. Böck, Geisa Letícia Kempfer. III. Santos, Paloma. IV. Título.

23-158698

CDD-371.9046

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência : Educação inclusiva
371.9046

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



CEAD
CENTRO DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA



INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Autoras: Mariana Rosa e Karla Garcia Luiz

Ilustradora: Paloma Santos

Designer Educacional: Dafne Fonseca Alarcon

Organização e Revisão: Geisa Letícia Kempfer Böck

Diagramação: Estagiária Ellen Figueiredo da Silva

Dedicamos à Alice Rosa Bacelar e Helena Garcia Luiz Freitas, que nos movem cotidianamente no afeto, na luta e nessa escrita anticapacitista.

Com elas, abraçamos o mundo.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Prazer, essas somos nós!	04
3. Para começo de conversa...	06
4. Crianças não nascem com preconceito, aprendem	09
5. Da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica	12
6. Proporcionar a convivência	14
7. Valorizar a escola inclusiva	16
8. Ética do cuidado como premissa	17
9. Diversificar fontes de conhecimento	18
10. Mão na massa	20
11. Para encerrar... será?	24
Referências	26

1. INTRODUÇÃO

COMO EDUCAR CRIANÇAS "ANTICAPACITISTAS"?

Essa é uma pergunta recorrente, que evidencia o desejo de familiares, educadores e professores de promover o diálogo com crianças e apoiá-las na construção de um pensamento crítico que não reproduza preconceito ou discriminação em relação às pessoas com deficiência.

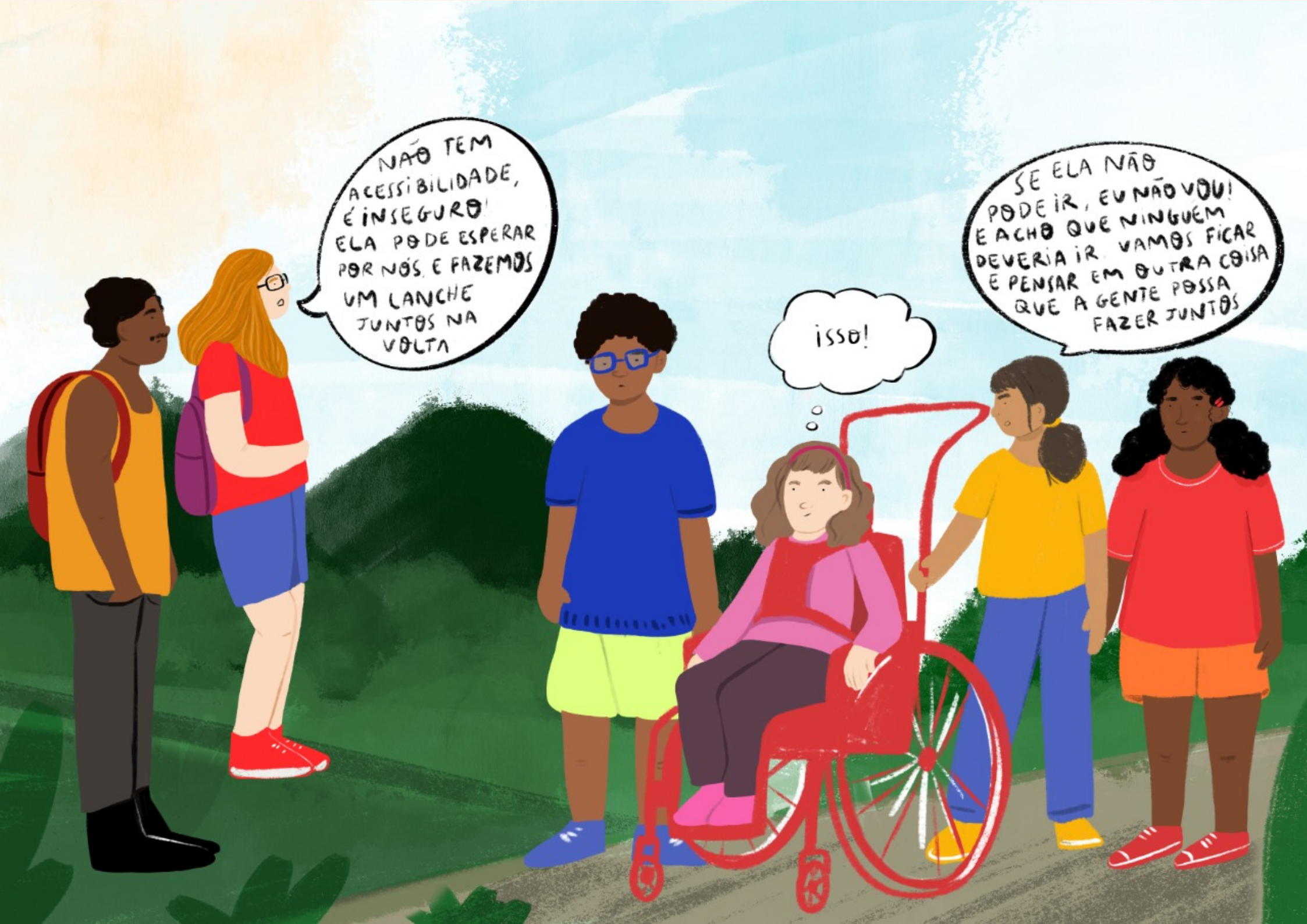
A pergunta, por si só, dá uma pista importante: se questionamos sobre possíveis caminhos para educar crianças anticapacitistas é porque, provavelmente, não sabemos como fazê-lo.

VAMOS PENSAR JUNTOS: 

Tenho dúvidas sobre como educar crianças de modo que possam construir uma relação de respeito com pessoas brancas, por exemplo? Com pessoas sem deficiência? Com homens? Não nos parecem estranhas essas perguntas?

PENSANDO MAIS UM POUCO:

- **QUANTOS COLEGAS COM DEFICIÊNCIA VOCÊ TEVE NA ESCOLA?**
- **COM QUANTOS BRINCOU JUNTO QUANDO ERA CRIANÇA?**
- **JÁ CONVIDOU ALGUMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA UMA CONFRATERNIZAÇÃO EM SUA CASA?**
- **JÁ TRABALHOU COM ALGUMA?**
- **JÁ TEVE UM PROFESSOR COM DEFICIÊNCIA?**
- **FOI ATENDIDO POR UM MÉDICO COM DEFICIÊNCIA?**
- **EM QUAIS ESPAÇOS VOCÊ TEVE A OPORTUNIDADE DE CONVIVER COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DE SUA VIDA?**



NÃO TEM
ACESSIBILIDADE,
É INSEGURO!
ELA PODE ESPERAR
POR NÓS, E FAZEMOS
UM LANCHE
JUNTOS NA
VOLTA

isso!

SE ELA NÃO
PODE IR, EU NÃO VOU!
E ACHO QUE NINGUÉM
DEVERIA IR. VAMOS FICAR
E PENSAR EM OUTRA COISA
QUE A GENTE POSSA
FAZER JUNTOS

As respostas a essas perguntas nos ajudam a entender por que a ideia de educar crianças anticapacitistas parece recrutar saberes que (ainda) não possuímos. Percebidas como incapazes, desviantes, abjetas, anormais, atípicas, as pessoas com deficiência foram, historicamente, impedidas de conviver em sociedade, de participar da construção de uma vida em comunidade.

Não faz muito tempo, eram sistematicamente institucionalizadas, quimicamente contidas, segregadas, excluídas, práticas que persistem nos dias de hoje, de modo que nosso repertório de mundo se formou sem a oportunidade de conviver, em alteridade, com a variabilidade de corpos, com os diversos arranjos de existência.

Ficamos, assim, destituídos da possibilidade de imaginar a humanidade em composição com outros corpos possíveis e, com eles, outros mundos possíveis. Por isso, a pergunta **“como educar crianças anticapacitistas?”** é um convite também a nós mesmos:

- Como acessar experiências e referências que apoiem a assunção da consciência, em diálogo com as crianças que quero educar?
- Como estabelecer parceria com essas crianças e, com humildade, acolher minha falta de repertório diante daquilo que ainda não sei, mas quero conhecer?

“NINGUÉM EDUCA NINGUÉM, NINGUÉM SE EDUCA SOZINHO. OS HOMENS SE EDUCAM EM COMUNHÃO, MEDIADOS PELA REALIDADE”, NOS ENSINA PAULO FREIRE.

Foi pensando, a partir desta premissa que elaboramos esse material para dialogar com você.

TENHA UMA ÓTIMA LEITURA!

2. PRAZER, ESSAS SOMOS NÓS!

Ao iniciar a escrita deste guia, consideramos que seja fundamental uma apresentação nossa – de quem escreve – a quem nos lê. Acreditamos que esse ponto de partida pode dar noção e sentido sobre nosso lugar no mundo e como autoras desse material. Somos Karla e Mariana. Duas mulheres e mães com deficiência.

EU, MARIANA, SOU UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA, TENHO BAIXA VISÃO, CONDIÇÃO ADQUIRIDA NA IDADE ADULTA. SOU JORNALISTA, ATIVISTA E PESQUISADORA NO CAMPO DAS DIFERENÇAS E DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO. TENHO 45 ANOS E SOU MÃE DA ALICE, QUE TAMBÉM TEM UMA DEFICIÊNCIA. ALICE NASCEU EM 2013, TEM PARALISIA CEREBRAL E DEPENDE DE MEDIAÇÃO E RELAÇÕES DE CUIDADO PARA MANUTENÇÃO DA SUA (SOBRE)VIVÊNCIA.

Com a Karla, tive meu primeiro contato com o conceito da ética do cuidado, e, desde então, busco me apoiar nessa premissa para construir a relação não só com minha filha, mas com todos os meus afetos. Escrever esse material com ela é, para mim, uma oportunidade de registrar o que nossa relação de afeto e de interdependência têm me impelido a pensar e construir nos últimos anos.

EU, KARLA, NASCI MULHER COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM DECORRÊNCIA DE ARTROGRIPOSE MÚLTIPLA CONGÊNITA . SOU PSICÓLOGA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA E ESTUDIOSA NO CAMPO DOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA. TENHO 38 ANOS E SOU MÃE DA PEQUENA HELENA. VIVO A EXPERIÊNCIA DA DEPENDÊNCIA E DO CUIDADO PARA A MANUTENÇÃO DA MINHA (SOBRE)VIVÊNCIA. TENHO RELAÇÕES DE CUIDADO MARCADAS PELA PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO E, MAIS RECENTEMENTE, PROCURO EXERCÊ-LA TAMBÉM NOS CUIDADOS À MINHA FILHA.

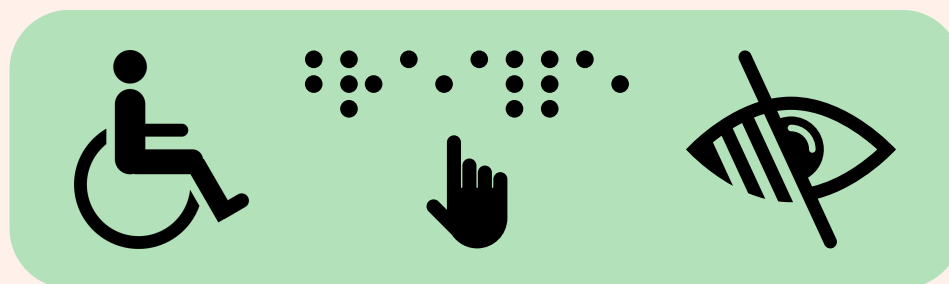
Reconheço a ética do cuidado como valor central para o desenvolvimento das possibilidades de gerir, minimamente, a minha vida e, nesse ponto, reside a satisfação com a construção deste guia: escrever como a ética do cuidado é alicerce de uma sociedade mais justa e democrática, anticapacitista, junto de Mariana, que é mãe de Alice – por quem cultivo admiração e afeto.

O material tem, ainda, a contribuição da Paloma Santos, que também é uma mulher com deficiência com destacado talento para desenhos e ilustrações:

EU, PALOMA, TENHO DEFICIÊNCIA FÍSICA E FAÇO USO DE CADEIRAS DE RODAS DESDE 2016. AO LONGO DO MEU PROCESSO DE APRENDIZADO E DE EMPODERAMENTO COMO UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA, USEI A ARTE COMO UM LUGAR DE DESABAFO E TAMBÉM COMO UM PROTESTO COLOCANDO PARA FORA UM POUCO DA VIOLÊNCIA DO DIA A DIA E O CAPACITISMO QUE ME RODEAVA.

Percebendo o quanto isso era importante, comecei a ilustrar pessoas como eu, coloquei diversidade no meu trabalho, me desenhei, desenhei os meus e senti – finalmente – que podemos, sim, sermos vistos e ouvidos.

Agora, como ilustradora, tento trazer muita representatividade no meu trabalho e incorporar minha vivência nele também.



3. PARA COMEÇO DE CONVERSA...

FALAMOS EM EDUCAR CRIANÇAS ANTICAPACITISTAS, MAS... O QUE É CAPACITISMO?

Em linhas gerais, o capacitismo é a discriminação pautada numa ideia arbitrária sobre norma e desvio, na qual as pessoas sem deficiência são consideradas o padrão, o ideal a ser perseguido, enquanto as pessoas com deficiência representam o desvio.

**É UM JULGAMENTO QUE HIERARQUIZA OS CORPOS,
IMPONDO-LHES A EXPERIÊNCIA DA SUBALTERNIDADE.**

Nem sempre o capacitismo se manifestará como uma ofensa; ele pode acontecer na tentativa de um elogio, num comentário sem intenção de ofender. “Tão bonita, nem parece que tem uma deficiência” é um “clássico” entre as frases capacitistas.

“Ele é especial” é outra expressão bastante utilizada e que também reproduz preconceito. Embora “especial” seja um adjetivo costumeiramente utilizado de maneira positiva, quando lançado para dizer das pessoas com deficiência, é tomado como substantivo, para nomear a condição daquela pessoa, de modo a diferenciá-la das demais.

**ESTÁ EM OPOSIÇÃO AO “NORMAL” E,
PORTANTO, É UMA ESTRATÉGIA DE DIFERENCIAÇÃO
PARA DISCRIMINAÇÃO, OU SEJA, UMA ESTRATÉGIA CAPACITISTA.**

Isso acontece porque, muitas vezes, o termo deficiência é tomado como pejorativo ou negativo, o que também é uma cilada do capacitismo, e palavras alternativas são recrutadas a partir da suposição de que é preciso disfarçar, suavizar, contornar aquele aspecto indesejado.

Aqui, defendemos que a deficiência precisa ser compreendida como mais uma característica, dentre tantas outras, e que não é necessário temer dizer “pessoa com deficiência” – esse, aliás, é o modo como escolhemos ser chamadas por uma questão política: cita a deficiência e evidencia, em primeiro lugar, o status de pessoa.

Além disso, apesar de estar no corpo de uma pessoa, a deficiência precisa ser compreendida como uma experiência sociológica, que não se restringe à lesão, ao impedimento corporal, mas que se dá no encontro desse corpo com uma sociedade construída para não acolher a multiplicidade corporal e de modos de viver.

Entender essa perspectiva é importante para subvertermos a causa da exclusão: esse é um problema social, das estruturas construídas com base na normalidade, e não da pessoa que tem deficiência.

**MAS O CAPACITISMO NÃO SE RESTRINGE ÀS
OFENSAS PESSOAIS, MUITO PELO CONTRÁRIO.**

As barreiras no acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, cultura, assistência social, a tutela imposta às pessoas com deficiência, que são impedidas de tomar decisões sobre a própria vida e a falta de acessibilidade dos espaços, das tecnologias, do transporte, na comunicação, são exemplos de como o capacitismo estrutura a nossa vida em sociedade e naturaliza a subtração das pessoas com deficiência do convívio comum.

Para a construção de uma sociedade anticapacitista, precisamos romper com ideias baseadas em padrões de normalidade e considerar as variadas formas de viver, sem que estejamos restritos àquelas que são impostas como normais, como padrão a ser alcançado.

Perceba, romper com esses padrões é tarefa de nós, adultos, que já fomos socializados em uma cultura capacitista coletivamente e questionando o sistema em que vivemos, temos a chance de interromper a herança do estigma e do preconceito e de construir novos pactos civilizatórios baseados em solidariedade, cooperação e interdependência.



4. CRIANÇAS NÃO NASCEM COM PRECONCEITO, APRENDEM

Se pudermos passar nossa biografia em revista, voltando às perguntas que introduziram este material, talvez possamos identificar de que maneira, ao longo dos anos, fomos construindo nossas percepções sobre o mundo sem ou com pouca possibilidade de diálogo com pessoas com deficiência.

Ou ainda, interagindo com essas pessoas na condição de objetos de nossa caridade: o senhor com agenesia de membros pedindo esmola no sinal, as crianças que recebem doações para tratamentos pela televisão, e por aí vai.

**A MATERIALIDADE DA SEGREGAÇÃO E DA
EXCLUSÃO FORJOU NOSSAS CONSCIÊNCIAS IMPREGNADAS DE PRECONCEITOS.**

No entanto, enfrentando as desigualdades, os movimentos sociais das pessoas com deficiência reivindicaram direitos de maneira contundente e persistente ao longo das últimas décadas, o que resultou em importantes avanços no acesso a direitos e políticas públicas.

As pessoas com deficiência passaram a ter direito de estudar na escola comum, nas universidades, direito ao trabalho, acesso à saúde, direito à afetividade, sexualidade, direitos reprodutivos. Com isso, passaram a ocupar espaços de participação e decisão na condição de sujeitos. Não se trata apenas de ter acesso a esse mundo forjado pelas e para as pessoas sem deficiência, mas de transformá-lo.

**ESSES CORPOS – OS ABJETOS, ALEIJADOS, DESVIANTES, ANORMAIS, ATÍPICOS –
COMEÇARAM A INTERPELAR A SOCIEDADE NOS ESPAÇOS COMUNS, E PROVOCAR A
CONSTRUÇÃO DE OUTRO SENTIDO DE COMUNIDADE.**

É por isso que chegamos no século XXI, esse tempo de virada, com o desafio de educar as crianças para aquilo a que não tivemos a oportunidade de aprender antes.

A boa notícia é que o preconceito e a discriminação não são um dado natural, características com as quais nascemos. São construídos socialmente.

Isso significa que a tarefa de educar crianças anticapacitistas talvez seja mais fácil do que educar a si mesmo nessa perspectiva. Mais que isso, disponibilizar-se a educá-la pode significar uma chance preciosa de aprender junto com ela.

No caso das crianças pequeninas (a chamada "primeira infância"), é provável que o esforço deva se dar no sentido de criar oportunidades de exposição a narrativas que tomam as pessoas com deficiência como sujeitos.

As biografias de Frida Kahlo, Helen Keller, Maria da Penha podem ser um bom começo. Também será fundamental que se estabeleça um cotidiano de interação e convivência com pessoas com deficiência.

**POR ISSO, GARANTIR QUE AS CRIANÇAS ESTUDEM EM ESCOLAS
INCLUSIVAS É IMPRESCINDÍVEL.**

É ali, no dia a dia que vincula, que as crianças podem criar intimidade com o modo de ser de cada uma e estabelecer relações de reciprocidade.

Por outro lado, no caso das crianças que passaram do primeiro setênio, que já foram socializadas na cultura de preconceitos, é provável que caiba ao adulto o dever ético de apresentar contraponto e anteparo para as interpretações em torno de situações discriminatórias que possam vir a acontecer.

Um colega com deficiência que não foi convidado para a atividade, que passa o recreio isolado, contra sua vontade, que sofre bullying, que está impedido de acessar algum direito:

NÃO SILENCIAR DIANTE DESSAS SITUAÇÕES PARECE SER UMA MEDIDA IMPORTANTE PARA EDUCAR SOBRE OS LIMITES QUE NÃO SÃO NEGOCIÁVEIS.

Todas essas situações são problemas éticos a serem assumidos e enfrentados coletivamente. É importante lembrar que temos sido incitados a fazer aquilo que ainda foi pouco praticado na história da humanidade. Há milhares de anos lidamos com a deficiência como algo a ser resolvido, curado, exterminado.

Nós temos muito mais experiência acumulada em segregar e excluir do que em incluir. Foi na virada deste milênio que isso começou a mudar. Como sujeitos do nosso tempo, temos o dever ético de levar adiante a transformação da realidade, a partir dos princípios da equidade e da justiça.

5. DA CURIOSIDADE INGÊNUA À CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Crianças costumam ter perguntas e se interessam em saber sobre as características do outro a partir da curiosidade ingênua, como nos ensina Paulo Freire, aquela curiosidade que se coloca por meio do senso comum e do modo como observam o mundo, as pessoas, as relações, buscando compreendê-los.

Uma das tarefas que os educadores podem assumir nesse processo é instigar o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, ou seja, partindo dos saberes instalados pela experiência da interação e da convivência, refletir crítica e politicamente sobre esses saberes.

Nesse sentido, os espaços e tempos do grupo (na escola ou com os amigos do bairro) são oportunidades para experiências dialógicas e emancipadoras em que a deficiência possa ser pensada como produção social, em contraposição à característica individual.

Vamos imaginar uma situação hipotética em que esteja instalada uma curiosidade em torno do corpo de uma criança que usa a cadeira de rodas para se locomover.

POR QUE ELA NÃO ANDA? ELA VAI CONSEGUIR ANDAR UM DIA? ELA GOSTA DE FICAR SENTADA? ELA NASCEU ASSIM? EXISTEM OUTRAS PESSOAS COMO ELA?

Tais perguntas parecem cumprir um desejo de aproximação e compreensão da condição do outro. Elas também podem disparar uma reflexão mais ampla sobre modos e condições de vida, desembocando em perguntas que implicam toda a coletividade:

- **AS CALÇADAS ESTÃO EM BOAS CONDIÇÕES?**
- **ELA CONSEGUE ACESSAR TODOS OS ESPAÇOS DA ESCOLA?**
- **A CARTEIRA DA ESCOLA É CONFORTÁVEL PARA SUA CADEIRA?**
- **ELA PODE SE LOCOMOVER COM SEGURANÇA?**
- **É IMPORTANTE MESMO QUE ELA ANDE OU PODEMOS VIVER COM DIGNIDADE A PARTIR DE OUTROS MODOS DE LOCOMOÇÃO?**

Aqui, a abordagem anticapacitista ajuda a compreender o outro em sua singularidade, sem julgamentos ou estratégias de inferiorização, ao mesmo tempo em que responsabiliza o coletivo pelas relações de cuidado e cooperação que devem sustentar todos os diversos arranjos de ser e estar no mundo.



6. PROPORCIONAR A CONVIVÊNCIA

A convivência em alteridade é formativa e cria possibilidades de compreender a deficiência como parte da experiência humana, além de possibilitar a criação de redes de colaboração e apoio mútuo a partir das necessidades de cada um.

Numa premissa anticapacitista, conviver com o outro, afetá-lo e ser afetado por ele, também contribui para a criação de vínculos que podem afastar a deficiência da noção de incapacidade, ou do aspecto a ser resolvido por intervenção médica, cirurgia ou normalização, e localizá-la como questão de justiça e transformação social.

O contato com livros, filmes, histórias e narrativas sobre pessoas com deficiência e suas experiências é importante, mas não suficiente. Não é possível simular a vida em sociedade ou antecipar dilemas, desafios e desconfortos sem a realidade material dos corpos, das pessoas, suas diferenças e as relações que estabelecem.

É impossível saber ou estar preparado para o que está por vir. Importa mesmo é estar disposto, disponível, ética e radicalmente comprometido com o encontro com o outro, reconciliando justiça e hospitalidade, como ensina Skliar.

Acolher o desconhecido, o anônimo, aquele que é rotulado como diferente, receber sua língua, seu corpo, sua experiência, sem enclausurá-lo em qualquer interpretação fechada, encerrada. Estando disponível ao outro, recebendo quem for, qualquer um, cada um, todos, assumimos o sentido de alargar, ampliar, diversificar ideia e projeto de mundo.

Falando assim, pode parecer que estamos sugerindo estratégias para uma educação anticapacitista voltada apenas para crianças sem deficiência, mas as mesmas premissas podem valer para aquelas que vivenciam a deficiência.

E aí reside um diferencial: se hoje somos adultos que foram educados em uma sociedade muito mais capacitista, refletir e vivenciar a deficiência a partir das perspectivas da equidade e da justiça social ajuda a fissurar as estruturas de exclusão nas quais aprendemos a conceber a deficiência.

OU SEJA, TODAS AS PESSOAS SE BENEFICIAM AO COLOCARMOS EM PRÁTICA AÇÕES ANTICAPACITISTAS.

No caso das crianças com deficiência, trata-se de garantir oportunidades para que suas subjetividades sejam construídas a partir do lugar de sujeitos da própria história, sujeitos que reivindicam direitos, não favores. Dessa forma, a autoestima, a relação com o próprio corpo e com as barreiras que lhe são impostas, estruturalmente, podem encontrar abrigo na ideia da justiça social.

Importante destacar que a discriminação e o preconceito baseados em deficiência costumam ser interpretados como crueldade, insensibilidade, talvez porque façamos essa análise com um certo distanciamento imposto pela lacuna da convivência cotidiana.

Essa retórica afasta a realidade da injustiça social, reduzindo-a a uma questão de compaixão e sentimentos de caridade, e perpetua a estratégia de diferenciação para hierarquização dos corpos.

Assim, uma educação que se pretende anticapacitista partirá da reivindicação de espaços comuns para a construção do sentido de comunidade, sem prescindir de ninguém.



7. VALORIZAR A ESCOLA INCLUSIVA

Na escola inclusiva, ou seja, a escola que assegura o direito à Educação a todas as pessoas, indiscriminadamente, temos a oportunidade de indagar o currículo que está envolvido nos processos de formação pelos quais nós nos tornamos o que somos.

A inclusão opera não apenas no sentido de dar acesso, às pessoas com deficiência, a esse mundo talhado à medida das pessoas compreendidas como normais, ou típicas, mas de transformar o currículo e o próprio mundo para que reflita também a experiência das pessoas com deficiência.

Assim, o cotidiano da escola inclusiva se organiza a partir do que buscamos fazer com o estar junto, estar com, compreendendo que isso envolve fricção, tensão, conflito, barreira, dificuldade de toda sorte, uma vez que o que não sabemos, não podemos ou nos parece impossível é também matéria das práticas comunitárias.

Conhecer o projeto político pedagógico da escola, questionar sobre a dimensão da educação especial na perspectiva inclusiva nos documentos e nas práticas pedagógicas, envolver-se com a construção da gestão democrática e o fomento à participação de toda a comunidade escolar nas decisões que lhe dizem respeito, apoiar estudantes com deficiência e seus familiares no enfrentamento das barreiras, assumindo responsabilidade por elas, são práticas que também compõem uma educação anticapacitista.

ASSIM, A ESCOLA INCLUSIVA É LUGAR PRIVILEGIADO PARA A INVENÇÃO DE OUTRAS EXISTÊNCIAS, A RECUSA À PREDESTINAÇÃO OU À NATURALIZAÇÃO DA SEGREGAÇÃO.

8. ÉTICA DO CUIDADO COMO PREMISSA

Ao longo do texto, falamos sobre a ética de cuidado diversas vezes. Mas o que é isso? A ética do cuidado diz respeito, sobretudo, ao reconhecimento daquele que é cuidado como humano. Nesse sentido, pensar numa perspectiva da ética significa levar em conta o bem-estar de quem cuida e de quem é cuidado. Desse modo, a ética de cuidado precisa ser vista como um compromisso coletivo e, principalmente, do Estado na garantia da dignidade da vida de todas as pessoas.

A ética do cuidado é um direito fundamental para a manutenção da vida, com possibilidade de dignidade, agência[1] e emancipação[2]. Na ética do cuidado, a pessoa cuidada precisa participar ativamente das decisões e mediações que dizem respeito ao seu corpo e à sua vida. Como nos ensina Eva Kittay, o cuidado baseado numa perspectiva ética é aquele onde as duas pessoas dessa relação possam florescer. Numa abordagem da ética do cuidado e da justiça social, nenhuma pessoa pode ser deixada para trás – o que significa dizer que, sem esse princípio fundamental que leve em conta todas as pessoas, não há democracia.

[1] Para a autora Abby Wilkerson (2002), a **AGÊNCIA** pode ser compreendida como a capacidade de reconhecer e agir em nome de seus próprios interesses.

[2] Enquanto isso, a **EMANCIPAÇÃO** diz respeito às possibilidades de “questionar a medicalização e o silenciamento das experiências das pessoas com deficiência em favor de uma visibilização das estruturas de opressão social.” (Martins, Fontes, Hespanha & Berg, 2012, p.51).

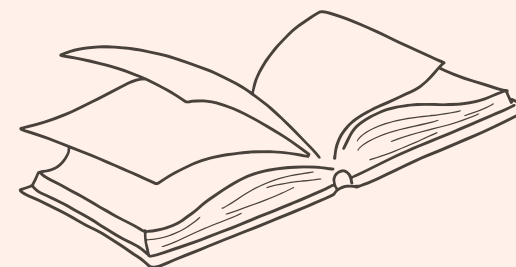


9. DIVERSIFICAR FONTES DE CONHECIMENTO

Consideramos relevante falar sobre a importância de diversificarmos as fontes de conhecimento sobre deficiência para que possamos alcançar o maior número possível de pessoas e, assim, proporcionar reflexões, práticas e experiências anticapacitistas. Você pode ser profissional da Educação, familiar, ou simplesmente alguém interessado em construir um mundo mais justo.

Seja como for, recomendamos disponibilizar livros e materiais de referência que tenham pessoas com deficiência como autoras ou protagonistas, numa perspectiva emancipatória e não de objetificação.

E mais: sempre que possível, busque por materiais feitos com a participação de pessoas com deficiência e não apenas sobre elas – como esse guia, que foi escrito e ilustrado por mulheres com deficiência, por exemplo, comprometidas com a luta anticapacitista e a justiça social.



Outro ponto importante para destacar é que, para uma mudança cultural efetiva, é importante observar:

A NECESSIDADE DE NOS APROXIMARMOS DE PESSOAS DAS DIVERSAS CLASSES SOCIAIS, SOBRETUDO AQUELAS QUE NÃO POSSUEM ESTUDOS OU QUE NÃO DISPÕEM DE RECURSOS PARA INVESTIR EM LIVROS E MATERIAIS E, COM ELAS, COMPARTILHARMOS MUTUAMENTE EXPERIÊNCIAS E SABERES, INSTALANDO OU REFORÇANDO A DISCUSSÃO ANTICAPACITISTA A PARTIR DE SUAS VIVÊNCIAS, LUGARES E RELAÇÕES DE AFETO.

Para isso, diversificar os ambientes e estratégias de construção e compartilhamento de conhecimento, tais como as bibliotecas públicas, música, teatro, histórias orais que podem ser (re)contadas por qualquer pessoa, pode ser uma forma de trazer à tona as questões relacionadas ao cotidiano vivido nas realidades Brasil afora e pensar coletivamente sobre elas.

As desigualdades sociais são causa e consequência da experiência da deficiência no sistema em que vivemos, e, portanto, uma discussão anticapacitista que vá ao encontro dessas diferentes realidades não pode se furtar a esse debate.

10. MÃO NA MASSA

Compartilhamos, aqui, situações reais que envolveram crianças e suas diversas interpretações e narrativas sobre a experiência da convivência.

RELATO 1:

Era um encontro entre amigos da escola e alguns adultos planejaram passear pela mata de um bosque próximo com as crianças. Uma delas era cadeirante e a trilha não era acessível. Os adultos não haviam observado esse fato.

Todos começam a se movimentar em direção à trilha, e a criança na cadeira de rodas vai ficando para trás.

Uma de suas amigas nota a situação e questiona: “como faremos para levá-la?” Um dos adultos responde: “infelizmente não é possível, não tem acessibilidade, é inseguro. Ela pode esperar por nós e fazemos um lanche juntos na volta”.

A amiga responde: se ela não pode ir, eu não vou, e acho que ninguém deveria ir. Vamos ficar e pensar em outra coisa que a gente possa fazer juntos. E assim foi feito.

RELATO 2:

Num aniversário, as crianças perguntavam à amiga, que não se comunica oralmente, se ela queria brigadeiro. A amiga respondia “sim” levantando a perna esquerda.

As crianças buscavam o brigadeiro na mesa para ela. Todas já se conheciam da convivência escolar. Até que chegou uma criança de outra escola, que não convivia com elas.

Observou por um tempo a menina que não falava e se dirigiu aos seus pais perguntando: “é difícil entender o que ela quer?” Antes que os pais respondessem, uma das crianças afirmou com segurança: “só se ela não quiser dizer”.





VOCÊ QUER
BRIGADEIRO?
LEVANTA O
BRAÇO SE
SIM!

ELA
DISSE
QUE
SIM

RELATO 3:

Uma mãe com deficiência física precisa de ajuda para levantar-se da cama, do sofá, da cadeira.

Precisa de suporte para erguer as pernas no pufe para os pés toda vez que se senta no sofá, para maior conforto.

De repente, passou a notar que, seu bebê de 1 ano e 4 meses começou, voluntariamente, a oferecer esses apoios, numa ação de imitar e seguir o que/como os adultos e cuidadores faziam.

Essa é uma prova de que as crianças não são essencialmente excludentes e cruéis, como muitos teimam em afirmar.

Muito pelo contrário, desde a mais tenra idade podemos mediar e construir relações de cuidado mútuo e anticapacitista.

11. PARA ENCERRAR... SERÁ?

Fizemos um esforço de reflexão em diálogo com você, que buscou essa publicação pelo interesse genuíno em promover uma educação – formal e não formal – anticapacitista, livre de preconceitos.

Não se trata de um material exaustivo ou prescritivo, um pretense guia, oráculo, ou “10 passos para...”, como se aqui houvesse a receita, a fórmula, o manual. A vida, com suas nuances e complexidades, extrapola e transborda as intenções de contorno que tentamos traçar por aqui.

Talvez seja um chamado, um convite a todos aqueles e aquelas que sustentam a ideia radical de que pessoas com deficiência são gente, e não um tipo de gente, e que assumem responsabilidade pela construção de um mundo livre de opressões e hierarquizações.



**UM MUNDO EQUÂNIME, JUSTO E DE BEM VIVER
PARA TODAS AS PESSOAS, SEM EXCEÇÃO.**

AUTORAS:

Mariana Rosa

É jornalista e mestranda em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão e membro do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência. Ativista dos direitos das pessoas com deficiência, consultora em educação inclusiva e mãe. Possui interesse em educação inclusiva, direitos humanos e ética do cuidado. E-mail: mariana@ipedetodacor.com.br

Karla Garcia Luiz

É psicóloga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED/UFSC) na mesma universidade. Pesquisadora colaboradora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão. É mulher e mãe com deficiência que necessita de redes cuidado para (sobre)viver. E-mail: karla.garcia@ifsc.edu.br

Paloma Santos

É ilustradora e assina seus trabalhos como Partes, desde 2015. Técnica em Comunicação Visual e formada em Artes Visuais. Ainda adolescente, gostava de rabiscar em seus cadernos desenhos super dramáticos. Atualmente, trabalha como ilustradora freelancer, desenha mulheres com bastante diversidade e aborda em suas ilustrações sua vivência como mulher com deficiência. E-mail: partesilustra@gmail.com

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, Fiona. *Contours of Ableism*. Londres: Palgrave Macmillan London, 2009.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, Marivete; ZIRBEL, Ilze; LUIZ, Karla Garcia. “Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça”. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 30, n. 2, e86995, 2022.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro & BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98, p.45-64, 2012.

INS INVALID. “What is disability justice? Adapted from Patty Berne’s ‘Disability justice - a work draft’”. In: SINS INVALID. *Skin, Tooth, and Bone: The Basis of Movement is Our People*, 2 ed., 2019. Disponível em: <<https://www.sinsinvalid.org/disability-justice-primer>>. Acesso em 10 ago 2022.

SKLIAR, Carlos. *A escuta das diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2019.

SVARTMAN, Celso; FUCS, Patrícia Barros; KERTZMAN, Paulo; KAMPE, Pola & ROSSETI, Fúlvio. Artrogripose Múltipla Congênita - revisão de 56 pacientes. *Revista Brasileira de Ortopedia*. v.30, n.1-2, jan/fev, 1995.

WILKERSON, Abby. Disability, Sex Radicalism, and Political Agency. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 33-57, 2002.